

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Marcio Caetanoⁱ
Paulo Melgaço Silva Juniorⁱⁱ
Tarciso Manfrenatti de Souza Teixeiraⁱⁱⁱ

Resumo: A pandemia da COVID-19 modificou o cenário mundial e provocou uma série de reconfigurações na vida social. Dentre essas transformações, têm destaque as atividades escolares que passaram a funcionar de modo remoto, em regime especial domiciliar. Com atenção a essa conjuntura, o objetivo central deste artigo é debater as percepções de docentes, em contextos socioeconômicos desiguais que marcam a cidade do Rio de Janeiro, sobre o acesso discente às tecnologias de educação remota proposto pela Secretaria Municipal de Educação em tempos de pandemia. Para tanto, foram realizadas conversas com docentes e equipes diretivas, por meio do aplicativo WhatsApp. As reflexões dos/as profissionais da educação indicaram que a pandemia reforçou a tragédia social e educacional vivida na cidade do Rio de Janeiro, demonstrando a fotografia brutal do sistema econômico e político nefário que reitera as desigualdades de condições de acesso e permanência na escola.

Palavras chave: Educação remota; Desigualdade social; Pandemia COVID-19.

EDUCACIÓN EN TIEMPOS PANDÉMICOS: REFLEXIONES SOBRE LAS POLÍTICAS DE EDUCACIÓN EN LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO

Resumen: La pandemia de COVID-19 cambió el escenario mundial y causó una serie de reconfiguraciones en la vida social. Entre estas transformaciones, se destacan las actividades escolares que comenzaron a operar de forma remota, en un régimen especial de hogar. Con atención a esta coyuntura, el objetivo principal de este artículo es debatir las percepciones de docentes, en contextos socioeconómicos desiguales que marcan a la ciudad de Río de Janeiro, sobre el acceso de estudiantes a las tecnologías de educación remota propuestas por la 'Secretaría Municipal Educação' en tiempos de pandemia. Con este fin, se mantuvieron conversaciones con docentes y los equipos de gestión, a través de la aplicativo WhatsApp. Las reflexiones de los/as profesionales de la educación indicaron que la pandemia reforzó la tragedia social y educativa experimentada en la ciudad de Río de Janeiro, demostrando la brutal fotografía del nefasto sistema económico y político que reitera las desigualdades en las condiciones de acceso y permanencia en la escuela.

Palabras clave: Educación remota; Desigualdad social; Pandemia COVID-19.

Introdução

A pandemia confere à realidade uma liberdade caótica, e qualquer tentativa de a aprisionar analiticamente está condenada ao fracasso, dado que a realidade vai sempre adiante do que pensamos ou sentimos sobre ela. Teorizar ou escrever sobre ela é pôr as nossas categorias e a nossa linguagem à beira do abismo.

Boaventura Sousa Santos, 2020.



Muitos temem questionar as verdades que operam no mundo. Desestabilizar as certezas e caminhar sobre as dúvidas parece algo extremamente difícil para a humanidade que se reconheceu humana com a modernidade^{iv}. Ao pensarmos sobre o contexto sanitário do país a partir das implicações da pandemia da COVID-19, que se mostrou avassaladora desde os primeiros casos na província de Hubei (China), conforme divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o que antes parecia uma opção, agora se configura como algo que nos captura sem muitas alternativas. Refletir sobre o contexto atual se tornou exercício amplamente divulgado pelos movimentos sociais populares, setores midiáticos, governos e segmentos do capital produtivo.

É relevante refletir que, embora a emergência oficial da doença tenha ocorrida na Ásia, o surto da COVID-19 está presente nos cinco continentes no cenário, infectando milhares de pessoas e deixando rastros lastimáveis de mortos. Essa situação se intensifica no Brasil ao considerarmos as desigualdades econômicas que se projetam nas condições objetivas de manutenção da vida após o contágio. No dia a dia da pandemia, inúmeras medidas foram tomadas, ancoradas na ideia de que somente o isolamento social e a intensificação da higiene pessoal seriam capazes de conter o rápido contágio pelo vírus SARS-CoV-2.

Se a mobilidade assumiu dimensões impressionantes com os avanços tecnológicos dos meios de transporte (aéreo, terrestre, marítimo e ferroviário), que trouxeram benefícios imensuráveis para a economia global, a nova pandemia tomou de medo inúmeros países diante do fluxo de pessoas que costumavam motivar. Se os embargos de pessoas aos países ricos limitavam-se basicamente aos imigrantes provenientes de regiões empobrecidas do mundo, no contexto da pandemia, as fronteiras andam fechadas para qualquer sujeito sem as grandes credenciais corporativas ou diplomáticas.

Se a era da globalização incentivava o fim das fronteiras, sobretudo, econômicas dos países em desenvolvimento, entre as inúmeras medidas para impedir a mobilidade da COVID-19 estão as restrições de contato físico entre sujeitos de nacionalidades e regiões distintas. Países como os Estados Unidos, por exemplo, suspenderam todos os vôos vindos da Europa e de países como o Brasil. Nesse contexto, a economia global passou a relatar grandes perdas financeiras, seus prejuízos somam valores sem precedentes e os países buscam no amparo do Estado as condições necessárias para manter suas margens de lucro ou as alianças determinantes para que o isolamento social não seja executado por toda a classe trabalhadora.

Argumentando que as empresas estão no vermelho, que o crescimento econômico se estagnou com a diminuição de investimentos e o consumo das famílias, e que os efeitos

econômicos da pandemia serão capazes de aumentar o desemprego no Brasil, o Governo Federal brasileiro tem se colocado como o principal adversário das medidas sanitárias recomendadas pela OMS. Esse cenário nos lembra a sina do filho de Dédalo, narrada na mitologia grega, que comumente tentava deixar Creta voando. Ícaro acreditou que suas asas de cera o levariam para contemplar o sol e sua tentativa, na verdade, o levou a uma queda vertiginosa nas águas do mar Egeu resultando em sua morte. A metáfora da queda do herói ilustra o período de contradição e de ideias paradoxais que estamos vivendo no Brasil, lideradas pelo Presidente e família Bolsonaro. Em uma análise superficial das posições do presidente já é possível verificar as formas dicotômicas assumidas entre a irracionalidade e o pensamento científico e entre a racionalidade versus misticismo quando vemos o Governo Bolsonaro desconsiderar as orientações da OMS sobre as profilaxias contra a COVID-19.

Ao mesmo tempo em que nos damos conta da barbárie decorrente do colapso do número vagas no sistema público de saúde, vemos profissionais da saúde trabalhando em condições insalubres em redes públicas que não disponibilizam Unidades de Tratamento Intensivo (UTI). De fato, a pandemia denunciou a crise sanitária e evidenciou a fragilidade estrutural da saúde pública brasileira agravada pela desigualdade socioeconômica entre as regiões, os estados e os municípios no país.

A ausência de saneamento básico, reivindicada desde o século XIX, ainda assombra o Brasil que mantém cerca de 35 milhões de brasileiros/as sem acesso à água potável (BRASIL, 2019). A informalidade no emprego ajuda a intensificar as condições brutais vividas no Brasil, em que cerca de 38 milhões de brasileiros/as estão invisíveis às políticas previdenciárias do Estado (VIEIRA, 2020). Neste momento de resguardo social, verificam-se as condições de trabalho se esvaziando pela diminuição considerável de circulação de pessoas nas ruas. Mesmo com as medidas emergenciais de assistência ao/à desempregado/a e ao/à microempresário/a, o quadro não se resolve devido à morosidade das ações governamentais do Programa de Auxílio criado a partir da Lei Federal 13.998/2020.

Não obstante o cenário descrito, as condições de moradia para a ampla maioria da população são indignas e impossíveis de manter a higiene básica preconizada pelos protocolos da OMS para reduzir o risco de contaminação. Há quem diga que a pandemia evidenciou as mazelas do Brasil ao desconsiderar o que inúmeras pesquisas acadêmicas e denúncias dos movimentos sociais já anunciavam. Tais paradoxos e contradições também estão presentes na educação. Nesse período de pandemia e de isolamento social foi possível vermos aqui a metáfora da queda de Ícaro: as asas de cera, que construímos para nós nesse período, vêm das inovações tecnológicas que marcaram a intensificação produtiva da lógica econômica do

mercado global para a prática docente. Teimando em manter o convívio social, construímos asas de cera com os aparatos digitais procurando salvaguardar as marcas da globalização.

Ao considerar o quadro descrito acima e os indicativos divulgados nas redes sociais oficiais da Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro que enfatizam o sucesso das atividades escolares em regime especial domiciliar, desenvolvidas por meio do ensino remoto para todos/as os/as estudantes^v, nos propomos a debater, mediados pelas linhas que indicam os impactos da globalização neoliberal e do capitalismo global, as percepções docentes em contextos socioeconômicos desiguais que marcam a cidade do Rio de Janeiro.

A fim de alcançar o que nos propomos, os dados que subsidiaram as análises foram produzidos a partir de conversas abertas informais que ocorreram por meio do aplicativo WhatsApp no mês de maio com membros de equipes diretivas e docentes que atuam na rede pública da cidade do Rio de Janeiro^{vi}. Os/As cinco interlocutores/as foram acessados/as aleatoriamente por fazerem parte do círculo profissional e de amizade dos dois primeiros autores desse artigo, além de apresentarem disponibilidade em manterem diálogos informais mediados por dois eixos: I. As políticas e orientações da Gestão da Rede aos/as docentes e equipes diretivas após a Deliberação do E/CME nº 39, publicada no dia 06 de abril de 2020, que determinou as atividades escolares em regime especial domiciliar, em caráter excepcional, no período da COVID-19 e II. A experiência e percepção do ensino remoto para estudantes e docentes.

A própria dinâmica ‘eleita’ para a produção dos dados, os diálogos mediados pelo aplicativo WhatsApp, foi resultado das políticas restritivas de circulação, recomendada pela OMS, para barrar a disseminação do vírus SARS-CoV-2, responsável pela COVID-19. Com a impossibilidade do encontro físico, o uso do aplicativo de multi-plataforma WhatsApp^{vii} foi o recurso possível para o acesso às informações e das sensações vividas pelos/as docentes em suas práticas pedagógicas e na gestão da escola com o cenário descrito. As conversas pelo aplicativo foram sempre individuais, nunca envolvendo mais que duas pessoas (um autor do texto e um/a docente ou membro de equipe diretiva). Essa dinâmica foi determinada a partir do que foi pactuado eles/as diante de suas necessidades de anonimato. Vale destacar que os/as docentes que participaram desses diálogos estavam cientes dos usos acadêmicos dessas informações e as expressaram como possibilidade de contrapor as imposições da gestão da educação pública carioca.

No intento de empreender esse debate, o texto está dividido em três partes: Em “Globalização, discurso e educação” discutimos o discurso dominante e, por vezes, sedutor da globalização neoliberal que encobre as desigualdades socioeconômicas entre e no interior dos

países. Em seguida, partimos para o segundo eixo no qual debateremos as lógicas em que professoras/es e estudantes estão inseridos/as nesse período de isolamento social, acentuando ainda mais os paradoxos de nossos tempos. E, por fim, produzimos algumas considerações finais sobre o debate empreendido.

Globalização, discurso e educação

Mesmo com todo o debate em torno da globalização, quando escutamos falar sobre ela nos vem logo o conceito de “história única” destacado por Adichie (2019). O termo globalização traz ao nosso imaginário um cenário idílico e, obviamente, estereotipado de um mundo sem fronteiras em que é estabelecida a conexão entre as pessoas sem as barreiras da distância, da cultura, do consumo e/ou da economia. Contudo, com um pequeno levantamento bibliográfico, é possível constatar o quanto o tema tem mobilizado a comunidade acadêmica em todo o mundo. Quando falamos em globalização, temos uma vasta discussão de perspectivas teóricas a seu respeito, mas de modo geral ela pode ser entendida como:

[...] uma série multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, alargam e intensificam interdependências e trocas sociais no nível mundial, ao passo que, ao mesmo tempo, desenvolve nas pessoas uma consciência crescente das conexões profundas entre o local e o distante (MOITTA LOPES, 2006, p. 130).

A respeito da discussão teórica ampla entre os e as especialistas do tema, algumas pessoas consideram a globalização como um fenômeno social tão antigo quanto à própria humanidade. No entanto, Mignolo (1998), por exemplo, vai entender este fenômeno tendo como marco inicial o período colonial moderno com a exploração do Atlântico, iniciando assim “as três ondas” de globalização que estão diretamente associadas com as três fases do colonialismo/imperialismo da Modernidade capitalista. Se considerarmos a literatura, independente de sua perspectiva, não podemos negar que a globalização vem modificando a paisagem do mundo através da diminuição das distâncias espacial, temporal e, sobretudo, cultural. Entretanto, quando falamos em globalização ou em educação em um mundo globalizado, por exemplo, precisamos entender que:

[...] nenhum discurso é inocente e que todo discurso reflete um fragmento de mundo em que vivemos. Em outras palavras, os textos são políticos porque todas as formações discursivas são políticas; portanto, ao analisar textos ou discursos significa analisar formações discursivas essencialmente políticas e ideológicas por natureza (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 140).

Nesse sentido, Kumaravadelu (2006) mostra que a atual globalização tem mudado a paisagem do mundo de três modos distintos: a distância espacial e a temporalidade estão diminuindo, e, de modo ainda mais latente, várias dimensões simbólicas da fronteira estão desaparecendo. As vidas culturais das pessoas estão praticamente interligadas, graças ao acesso a internet amplamente presentes na vida de milhões de pessoas em todo mundo. Para o autor, “a internet tornou-se uma fonte singular que imediatamente conecta milhões de indivíduos com outros, com associações particulares e com instituições educacionais e agências governamentais, tornando as interações à distância e em tempo real possíveis” (2006, p. 131). Essa foi sua promessa! Contudo, quando verificamos as formas desiguais com que as vidas no Brasil são valoradas e os modos como elas se conectam com as linguagens específicas do mundo cyber, quase sempre em inglês, a internet que prometeu interligar o mundo e as pessoas, neste momento de pandemia, acentuou as desigualdades sociais e dificuldades de acesso às políticas.

Neste momento, em que a pandemia da COVID-19 nos obrigou a refletir sobre as dimensões das sociabilidades e os modos como elas se comportam nas realidades objetivas de condução da vida em meio à possível letalidade do vírus, a ideia de global (referenciado no norte) e de local (pulverizado) assume importância peculiar quando pensamos nas alternativas postas ao enfrentamento da pandemia. Souza Santos (2020) destacou como a quarentena operou suas discriminações com o Sul Global. Ao desenvolver suas análises a partir dos coletivos que estão em grave sofrimento no contexto da pandemia, como mulheres, trabalhadores/as autônomos/as, trabalhadores/as de rua, população de rua, o autor amplia as dimensões do Sul e o designa como sendo um espaço-tempo político, social e cultural no qual a quarentena tem fortalecido o sofrimento humano, causado pelas injustiças decorrentes da exploração capitalista, discriminação racial e sexual que assolam as famílias.

Ao considerarmos esse cenário, o quadro da desigualdade produzido pelos modos operantes do capital, e intensificado com as políticas adotadas em economias periféricas no contexto da pandemia, a exemplo do Brasil, tem resultado no aprofundamento ainda mais cruel das desigualdades. No campo educacional, sobretudo, essa problemática se intensifica quando consideramos as formas precárias com que estudantes de escolas localizadas em periferias urbanas têm lidado com a situação, sejam os filhos dos coletivos citados por Souza Santos (2020), sejam os próprios sujeitos adultos dos coletivos, quando frequentam as escolas.

Com a pandemia e o início do resguardo social, parte da sociedade assistiu as redes de afetos e sociabilidades tornarem-se exclusivamente *online*. De um momento para outro, a

importância da internet na vida das pessoas foi radicalizada: várias esferas do mundo do trabalho produtivo entraram nas dinâmicas do *home office* e as práticas de consumo e diversões passaram a estar exclusivamente disponíveis de modo *online*, tendo em vista as políticas governamentais das esferas municipais e estaduais de controle ou fechamento de circulação de pessoas e aberturas do comércio de rua ou dos shoppings.

As medidas adotadas para conter o avanço da pandemia da COVID-19 impuseram desafios para milhões de famílias, independente de suas condições sociais e culturais, que se viram obrigadas a conciliar ainda mais as rotinas de trabalho, cuidado com as crianças e idosos em extensas horas de convívio, muitas vezes em pequenos espaços sob condições desfavoráveis de conforto. Com a suspensão das aulas, se mantido a estimativa dos dados do Censo Escolar de 2019 em 2020 (INEP, 2019), cerca de 47,9 milhões de alunos matriculados na Educação Básica nas redes públicas e instituições particular de ensino ficaram sem atividades escolares. Com os/as estudantes em casa, as famílias da ampla maioria da população tentam conciliar a preocupação com a subsistência, a manutenção das frentes de trabalho formal ou informal e a execução das tarefas domésticas com as possíveis atividades escolares que mantenham os/as estudantes em rotina de estudos.

Segundo informações da Unesco, mais de 165 países estão com suas escolas fechadas em decorrência das políticas adotadas para enfrentar a pandemia. O resguardo social interrompeu as aulas presenciais de mais de 1,5 bilhão de estudantes e alterou a rotina de 63 milhões de professores/as de Educação Básica (MUÑOZ, 2020). No Brasil, as respostas a esse quadro assumiram posições diversas e elas foram condicionadas às realidades das redes, escolas ou vontades políticas. Em algumas cidades, houve a antecipação de férias, em outras, as redes voltaram-se à preparação da oferta de ensino remoto enquanto o resguardo se estenda; outras redes já estão, em diferentes níveis, produzindo conteúdos e os enviando para as residências dos/as alunos/as, ainda que muitos desses não sejam facilmente localizáveis.

Em inúmeras redes públicas, alguns estados e municípios já se preparam para oferta de aulas virtuais ou em transmissões por televisão aberta, algumas vezes com a promessa de envio à residência dos/as estudantes de material complementares pelo correio ou transporte escolar, como é o caso do estado de São Paulo. Ainda existem aquelas municipalidades que montaram grupos de WhatsApp de estudantes com seus professores/as, onde são enviados vídeos e áudios com as atividades e conteúdos.

Considerando as aulas remotas como soluções temporárias para dar continuidade às atividades pedagógicas, gestores públicos e acadêmicos, preocupados com o impacto na área, vêm se dedicando a diferenciá-las da Educação a Distância (EaD)^{viii} e a comunicar à

população as suas diversas políticas de democratização ao acesso das ferramentas da internet. Entendendo as aulas e as atividades remotas como sendo aplicadas pontualmente, elas vêm sendo acompanhadas basicamente da pretensa transposição de atividades de ensino que seriam na modalidade presencial para serem aplicadas em plataformas digitais por meio da exposição de aulas gravadas e exercícios de fixação, quase sempre com respostas objetivas.

Semelhantes às atividades específicas de *home office* de outros mundos do trabalho, a educação vem adotando a dinâmica remota. As aulas, em diversas redes, passaram a ser assistidas via web, porque as escolas são um espaço onde o contato é inevitável e a probabilidade de contágio e disseminação da COVID-19 é eminente. Nesse sentido, surgiram uma série de discursos incentivando professores/as e alunos/as a se reinventarem, a exemplo das palavras do Presidente da Comissão Episcopal para Cultura e Educação da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC):

a situação de pandemia na qual nos encontramos remete cada educador à necessária atitude de reinventar. A educação é assim. Por ser histórica e política, ela não é um software que se adquire e se utiliza. Ela se dá na relação educador-educando e se repensa todos os dias. O novo coronavírus, também, nos dá a oportunidade de ponderar sobre o modo como se compreende a educação neste tempo^{ix} (ANEC, 2020).

Este reinventar foi buscar possibilidade em plataformas na *web* para continuar com a educação escolar, agora em regime remoto. As instituições privadas e públicas foram orientadas a utilizar ferramentas tecnológicas educacionais disponíveis no mercado. De uma hora para outra, presenciamos professores/as produzindo vídeoaulas, criando exercícios, ministrando aulas online em diversas plataformas, tudo para que os/as alunos/as pudessem manter o ritmo de aulas e estudos. Neste caso de aventuras educativas, o site *The Intercept* denunciou que:

Uma empresa com sede numa sobreloja sem identificação na Região dos Lagos do Rio de Janeiro é a responsável por aplicativos usados por 7,7 milhões de alunos e professores de São Paulo, Paraná, Amazonas, Pará e Piauí para aulas à distância. A empresa, desconhecida mesmo no meio em que atua, é ligada a políticos bolsonaristas e a um acusado de participar de uma rede de prostituição de menores de idade^x (THE INTERCEPT, 2020).

Empresas contratadas sem licitações ou “a toque de caixa”, em decorrência da pandemia, vendem para prefeituras e estados aplicativos que já de início apresentam problemas de transmissão de imagem e som e não funcionam em celulares com sistemas operativos mais antigos. Segundo o site, a empresa saiu recentemente da obscuridade e se tornou a principal fornecedora de tecnologia de ensino a distância das redes estaduais do país.

No documento *Análise: Ensino a distância na educação básica frente à pandemia de Covid 19* preparado pelo Movimento Todos pela Educação, podemos ler:

Estratégias de ensino a distância deverão cumprir papel importante para a redução dos efeitos negativos do distanciamento temporário, mas as evidências indicam que lacunas de diversas naturezas serão criadas. Com isso, normatizações sobre sua equivalência para fins de cumprimento do ano letivo precisam ser objeto de atenção dos órgãos reguladores e, desde já, redes de ensino precisam começar a planejar um conjunto robusto de ações para o retorno às aulas^{vi} (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p.5).

Nesse sentido, uma interrogação se faz necessária: como se deu este ensino remoto? Em que medida, os/as alunos/as das escolas públicas e privadas tiveram acesso à educação remota? Será que esta proposta não acabou ampliando as desigualdades sociais existentes no país? O próprio documento destacou as estratégias desenvolvidas pelas redes públicas e privadas e constatou que as escolas das redes estaduais estão, em sua maioria, utilizando a plataforma *online* e que poucas escolas das redes municipais estavam utilizando recursos *online*, como: plataformas, vídeoaulas gravadas e online, em decorrência da dificuldade de acesso dos/as estudantes da rede.

Com base na pesquisa Celic 2019, o Programa Todos pela Educação apresentou os dados sobre acesso à internet no Brasil:

67% dos domicílios possuem acesso à rede, sendo esse percentual muito diferente entre classes sociais: 99% para aqueles da classe A, 94% na B, 76% na C e 40% na D e E [...]. Para os domicílios que não têm atualmente acesso à internet, o motivo mais apontado como o principal pelo não acesso é o alto custo (27%), seguido do fato de os moradores não saberem usar a internet (18%) [...]. o dispositivo mais utilizado para acesso à internet pelos brasileiros é o telefone celular, que já está presente em 93% dos domicílios (100% na classe A e 84% na classe DE). Computadores, por outro lado, estão em 42% dos domicílios (sendo 47% na classe C e 9% na D e E) (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 9).

A realidade brasileira de acesso às redes de internet nos lembra Sousa Santos (2002) quando afirma que o capitalismo global gira em torno de várias lógicas, que se articulam ao redor da perspectiva da razão metonímica e que, conseqüentemente, produzem a não-existência de várias subjetividades que são consideradas ignorantes, inferiores e improdutivas, sendo assim, subjetividades desqualificáveis, invisíveis e descartáveis no interior das lógicas do capital.

Entendemos que para se pensar em uma educação remota em tempos de pandemia, torna-se necessário refletir sobre as possibilidades de acesso à internet e, principalmente,

sobre as condições que os/as estudantes possuem para acessar a rede. Levando em consideração as condições de vulnerabilidade destacadas por Souza Santos (2020), a luta pela sobrevivência, em tempos de pandemia, nos faz indagar como muitos/as estudantes das periferias estão conseguindo acessar as plataformas digitais escolhidas pelas escolas.

Nesse bojo, o que gostaríamos de salientar é que estamos vendo todo um discurso positivo estruturado em entorno da educação neste período pandêmico e de resguardo presencial, dando a ideia de que temos a globalização das linguagens e dos recursos tecnológicos necessários à educação, e que juntas darão conta da manutenção das relações sociais a favor das lógicas produtivas reiteradas como fundamentais à normalidade da vida das pessoas, da economia, da educação e, mais amplamente, do país.

Em um momento em que muitos nos chamam a atenção para os impactos e mudanças que a pandemia produzirá na humanidade e nos modos como ela se relaciona com o ambiente, Paulo Freire em seus modos de encarar a educação nos ajuda a compreender os percursos para tamanha envergadura. O Educador destacou a importância do processo dialógico no qual a vida, a política, o pensamento e a cultura não poderiam ficar de fora das práticas pedagógicas se assim queremos, com a educação, transformar a humanidade que transformará o mundo.

Ao pensarmos nas dimensões da educação problematizadora de Freire não podemos ficar reféns de “otimismo ingênuos”, ou seja, achando que está tudo bem com a educação remota neste período de pandemia e de resguardo social. Mas, tampouco, devemos nos afundar em um ‘terrível pessimismo’, condenando indiscriminadamente as estratégias de ensino que algumas secretarias de educação estão executando. Entre uma posição e outra, pensamos com Freire que a tática seja produzir um “otimismo crítico” capaz ver e perceber o fenômeno com uma criticidade e realismo, tendo ciência de que “se a educação não pode tudo, pode alguma coisa” (FREIRE, 2001, p. 42) e dependerá dos modos como a assumimos.

Globalização e as lógicas da produção da não-existência

Independente da rede de educação pública, a imprensa brasileira e inúmeros sindicatos da categoria docente têm denunciando a forma com que os entes municipais e estaduais vêm elaborando e executando as suas políticas públicas de educação frente ao contexto da pandemia da COVID-19. No dia 16 de março, em pronunciamento oficial, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME), após instaurar o Gabinete de Crise, suspendeu as aulas na Rede Pública de Ensino^{xiii} e orientou que as/os docentes executassem as suas atividades pedagógicas na modalidade remota e com o envio de tais atividades também à

SME por e-mail. Ao mesmo tempo, foi desenvolvido um Aplicativo SME Carioca com diversas atividades com materiais complementares pedagógicos para que os/as estudantes desenvolvessem em suas casas.

Por meio da deliberação E/CME nº 39, publicada no dia 06 de abril de 2020, o Conselho Municipal de Educação deliberou sobre a realização de atividades escolares em regime especial domiciliar, no período de isolamento social. O documento salienta que:

Art. 5º À Secretaria Municipal de Educação compete a formação de seus profissionais para utilização das plataformas digitais, elaboração das aulas e interação com os alunos.

Art. 6º A Empresa Municipal de Multimeios - MULTIRIO e a Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire deverão disponibilizar produtos e serviços destinados a professores e alunos.

Art. 7º Serão admitidas as iniciativas próprias de professores e de unidades escolares dirigidas aos alunos por meio de redes sociais, com a finalidade de assegurar a realização de atividades escolares em regime especial domiciliar. Parágrafo único. Nas unidades privadas de ensino e comunitárias serão aceitas tarefas desenvolvidas por livre iniciativa do professor, desde que divulgadas por meio de plataformas digitais ou mídias sociais do estabelecimento de ensino ao qual estiver vinculado^{xiii}.

Desde então, os/as professores/as passaram a receber formações nos eventos virtuais chamados de *Webnários Teams – seminários remotos para professores* ministrados pela empresa *Big Brain*, em parceira com a *Microsoft*, com o objetivo de lhes apresentar as possibilidades técnicas do aplicativo *Teams*^{xiv}. Ainda que saibamos que diversos saberes sobre e com as escolas tentam vê-los e orientá-los por uma perspectiva globalizante, monocultural e hegemônica, as narrativas de docentes da cidade do Rio de Janeiro denunciam o quadro atual frente à imposição das aulas remotas. Nesse contexto, a narrativa da diretora de uma das escolas abre o debate em foco neste artigo:

Entre os dias 11 e 21 de maio, os professores da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro começaram a participar de formações chamadas de “webnários” para conhecerem a ferramenta digital, que daria suporte às aulas remotas. Durante a reunião, uma professora tomou a palavra e começou mostrar a sua preocupação com a condição socioeconômica dos alunos da escola pública - em sua maioria pretos, pobres, moradores de comunidades deflagradas e em situação de vulnerabilidade social - e o acesso dos mesmos à ferramenta que estava sendo apresentada, que pressupõe recursos tecnológicos básicos, como por exemplo, computadores ou smartphones, rede de wi-fi ou um bom plano telefônico de tráfego de dados, ao fazer suas observações, a professora foi interpelada por uma das responsáveis pela reunião que disse: “O capitalismo Global é assim mesmo, professora!”.

Essa narrativa da diretora mobiliza nosso interesse em debater algumas das linhas que indicam os impactos da globalização neoliberal na construção e manutenção da exclusão e discriminação social. Esse quadro nos lembra Boaventura Sousa Santos (2002) quando defende que a limitação imposta pelo capital passa a ideia de uma “totalidade homogênea” que despreza cada uma das partes que compõe o todo, ignorando as relações dicotômicas e impondo a ideia de que o todo seja conhecedor das partes produzindo, com isso, hierarquias de saberes nas relações. Esse quadro, segundo o autor, pressupõe a violência, destruição e silenciamento das particularidades constitutivas dessa totalidade, ao não admitir que qualquer uma das partes do todo tenha vida própria.

A experiência vivida pela diretora mostra a compreensão de que a globalização nos faz acreditar e, em certos sentidos, naturalizar o conceito de “história única” (ADICHIE, 2019). Ela nos ajuda a perceber como a noção de “totalidade homogênea” (SOUSA SANTOS, 2002), tão disseminada no neoliberalismo, é preconizada para refletir as particularidades e desigualdades impostas pelos *modus operandis*.

A forma com que foi naturalizada a desigualdade capitalista, presente no relato sobre a qualificação docente no trabalho com “webnários”, expressa que as políticas definidas para a educação pública na cidade do Rio de Janeiro não foram pensadas para as inúmeras particularidades vividas por estudantes na cidade. Neste caso, ao considerarmos que os dados do Celic 2019 sofrem forte influência da segunda maior cidade do Brasil, o Rio de Janeiro, o que se constata é que todos os estudantes, ou seja, 641.564 mil discentes, tiveram suas realidades sociais e condições objetivas de operar a educação escolar por meio do sistema remoto preconizadas a partir de parâmetros homogeneizantes que desconsideraram a profunda desigualdade socioeconômica que marca a cidade do Rio de Janeiro.

A experiência narrada pela diretora ecoa nas afirmativas de Adiche (2019) e Sousa Santos (2002) ao entender que a realidade construída por meio da história única, disseminada pela totalidade hegemônica, provoca uma verdadeira redução da multiplicidade de realidades, saberes, subjetividades e especificidades que impedem o acesso de estudantes à política pública elaborada pela Secretaria de Educação no contexto emergencial da pandemia da COVID-19. A política definida pela SME, ao desconsiderar o que a professora advertia no seu relato sobre as condições socioeconômicas dos/as alunos/as da escola pública “em sua maioria pretos, pobres, moradores de comunidades deflagradas”, ignora as condições reais de participação dessas/es alunas/os nos webnários, o que aproxima-se da lógica reverberada por Goulart & Caetano (2016) sobre a produção da não-existência.

Ao não percebermos as violências, exclusões e dicotomias que emanam dos processos excludentes da economia global, nossos sentidos não captam os indícios da “*dirty history*” (KILOMBA, 2019). Iludimo-nos facilmente com os encurtamentos de fronteiras e de tempos que buscam, em termos políticos e sociais, aferir a realidade hegemônica de determinado grupo a uma totalidade de sujeitos impossibilitados por suas condições objetivas de viver as mesmas condições desse grupo hegemônico.

A ideia de que o acesso às linguagens e ferramentas da internet está amplamente democratizado nos grandes centros do Brasil acaba por produzir a sedução potente de que os avanços tecnológicos são capazes de aproximar as políticas públicas da população. O que não é considerado nessa ideia são as “linhas abissais” (SOUSA SANTOS, 2010) que vão separando aquelas pessoas que estão do “lado de cá” daquelas que estão do “lado de lá”. Como observamos na fala da professora Rosangela e do professor Rodolfo^{xv}:

Na rede pública vejo pais e alunos perdidos no *Classroom*. Muitos não têm internet porque o pacote de dados só dá direito ao *WhatsApp* ou *Facebook*. A sensação é que todos estão perdidos no 2º segmento: alunos, professores e pais, vou rir para não chorar [...] A educação não é para todos e não é mesmo. Quem tiver condições vai sobreviver e os outros vão se lascar. Se presencialmente já é desigual, à distância se tornou covardia (Profa Rosangela)

O curso noturno da minha escola pública, por exemplo, praticamente acabou. Tenho turmas de 40 pessoas em que somente 4 a 5 alunos têm acesso. No diurno consegue ir um pouco melhor, com uma adesão de 70% de participação em algumas turmas, mas em outras tá beirando os 30%. Então, assim, na escola pública existem muitas realidades diferentes dentro de uma mesma escola. Enquanto na escola particular dentro de todo o cenário caótico que se encontra tem sido um momento mais tranquilo, totalmente diferente neste aspecto. A minha rotina na escola particular continua a mesma, hoje eu dei aula o dia inteiro, a gente entra ao vivo tem encontros ao vivo pelo Google Meet como se fosse o horário da aula, mas ao invés de ser tempos de 50 minutos, são tempos de 30 a 35 minutos. Eu dou a aula como se estivesse presente né com adesão de 100% dos alunos em algumas turmas, ou seja, os alunos têm computador e internet. Eles não compartilham celulares ou os dados de internet com seus pais, ou melhor, nem usam celular para acessar a aula. Eles conseguem entrar e participar da aula. A gente já fez algumas provas, vamos entrar na segunda semana de provas agora, as avaliações são feitas pelo Google Formulário e o baile segue como se nada estivesse acontecendo. (Professor Rodolfo)

As narrativas docentes reiteram a percepção dos modos homogenizadores com que o capitalismo opera para desconsiderar as desigualdades de acesso aos seus bens

comercializáveis. Na cidade que se organiza como um mercado, a cidadania é entendida e estendida para capacidade de consumo. A comercialização de oportunidades por meio do consumo de tecnologias digitais, atraentes ao que parece a todos/as, acabou por orientar as possibilidades de sociabilidades a partir das conexões dos sujeitos. Quando a professora afirma que “Muitos não têm internet porque o pacote de dados só dá direito ao WhatsApp ou Facebook”, o que está explícito são os lugares e posições dessas pessoas no mundo, no acesso aos produtos culturais e, logicamente, na economia global.

As possibilidades de consumo de parte da sociedade que produz as políticas governamentais fornecem mecanismos que resultam na compreensão de que seus atos de compra além de auxiliá-las na (auto)identificação e (auto)apresentação servem para orientar os modos como deverão elaborar as suas ações enquanto agentes públicos. É o que se constata quando consideramos o que nos alerta os/as docentes. Segundo os seus relatos, tanto os pais e mães, quanto suas filhas e filhos estão ficando “perdidos” ao utilizarem as plataformas digitais que estão sendo ofertadas pela Secretaria de Educação. Não obstante as suas dificuldades de compreensão das linguagens presentes na ferramenta, a questão financeira acaba por determinar os seus lugares no mercado de acesso à internet, os pacotes de dados oferecidos e comprados das operadoras de telefonia móvel restringem ao acesso “ilimitado” as redes sociais virtuais.

Ao comparar instituições educacionais públicas e particulares, o professor diz que na “escola particular” tem sido um “momento mais tranquilo” e totalmente diferente da realidade da escola pública em que as desigualdades capitalistas se fazem sentir com mais evidência. Se na escola particular, o Prof. Rodolfo nos informa que a participação dos alunos chega a 100%, em que as/os alunas/os utilizam de materiais básicos de acesso ao ensino remoto, computador e acesso à internet; na escola pública em que o mesmo atua é completamente diferente. A situação resulta na evasão/exclusão de estudantes das turmas noturnas e sinalizam as distinções dentro de uma mesma escola quando vemos que as turmas diurnas participam com certa frequência das atividades. Ainda que não seja possível afirmar, levantamos a hipótese de que os dados de telefonia celular dos/as estudantes das turmas noturnas estejam sendo utilizados por seus filhos e filhas, quase todos/as estudantes da mesma rede. O professor, ao diferenciar a situação da escola pública e particular, denuncia a lógica da classificação social, que mostra as diferenças entre escolas e em seus interiores. O relato da professora Edna soma-se a essas reflexões:

Sou professora da FAETEC, ao longo deste período de isolamento social, um bom número de alunos conseguiu acessar a plataforma Google, a Ceciej bem menos, há alunos que não conseguem acessar nenhuma das duas e há os que têm dificuldade de sinal, dados e falta de aparelho celular ou computador. Vejo que 90% usam o aparelho celular que nem sempre tem memória suficiente para baixar alguns conteúdos ou acessar links. Infelizmente, é um processo que tem deixado um grupo grande de alunos excluídos, mas deixar os alunos sem nenhum contato com a "escola" também seria ruim. (Professora Edna)

Ainda que a dificuldade de grande parte dos/as alunos/as da rede pública de terem acesso aos componentes básicos para o ensino remoto: computador, educação tecnológica e banda larga sejam amplamente conhecidas, o *modus operandis* da história única determinados pelo capitalismo global produzem e implantam a lógica da não-existência baseada na classificação social planejada e referenciada por aqueles/as que vivem as condições objetivas ofertadas pelo consumo. O que nos parece ainda mais excludente é a naturalidade com que questionamentos são respondidos aos professores e às professoras. O relato da professora Mariana aprofunda o debate:

Vamos lá! Tenho uma filha de 14 anos no 9º ano e um filho de 9 anos no 4º ano. Ambos estudam em escolas particulares, de bairro. Meu filho tem aula pelo grupo de Whatsapp desde o dia 30/03 de seg à sexta das 13h até às 17h. As atividades também ficam salvas num app. O celular dele não tem chip, então ele usa a minha linha, eu preciso também do telefone pra trabalhar, então eu conecto o meu wpp no computador pra ele usar meu celular. Às vezes usa do pai. De 13h às 17h eu ou meu esposo precisamos dar atenção a ele para a execução das atividades, pois a professora segue com os conteúdos dos livros e também têm algumas folhas pra imprimir. Agora vamos a minha realidade como gestora da rede pública: uma família com várias pessoas morando na mesma casa. Muitas vezes, com no máximo 1 quarto, sala, cozinha e banheiro, quando tem. Onde só o pai, quando também tem, ou mãe são os provedores, a família vai conseguir dar essa assistência aos seus filhos? Tem que ter pelo menos 1 computador ou celular, uma impressora com tinta, uma boa internet. O cara não tem e não tem como ter quando, onde ele vive, nem rede de esgoto existe. Os pais precisam estar em casa cumprindo o isolamento social sem a preocupação de perderem seus empregos e terem um mínimo de estudos para auxiliar os filhos nas atividades. Mas, os pais infelizmente não podem fazer isso. Como precisam trabalhar, deixam os filhos em casa sozinhos. Como eles podem ajudar a essas crianças? Outro ponto: a criança pode ter todos seus aparatos a seu favor, mas os pais estão estressados e muitas vezes usam da agressividade por não terem paciência com os filhos. Será que alguém já parou para pensar no psicológico destas famílias? Nas consequências disto? (Professora Mariana).

O questionamento feito pela professora deve ficar ressoando em nossas cabeças e nos instigando. A maioria das moradias é precária nas favelas ou comunidades empobrecidas da cidade do Rio de Janeiro e essa realidade é acompanhada pela ausência de infraestrutura básica que garante a higiene necessária à prevenção da COVID-19. Considerando que para o desenvolvimento urbano de qualquer cidade se torna necessário a expansão dos serviços públicos, como distribuição de água, rede de esgoto, energia elétrica, pavimentação, entre outros, a ausência dessa infraestrutura básica na vida de muitos/as estudantes, conforme apontado pela diretora, avolumam as dificuldades com o ensino remoto.

Com a COVID-19, os mais pobres e vulnerabilizados, que já estavam perdendo renda no cenário pré-crise do coronavírus, têm suas condições de vida ainda mais precarizadas – a extrema pobreza avançou 67% entre 2014 e 2018 e a renda dos 5% mais pobres caiu 39%. A informalidade dominou o mercado de trabalho e já havia um processo de histerese com a taxa de desemprego alta^{xvi}. Nesse sentido, Sousa e Santos (2020, p. 16) argumenta que:

Depois de quarenta anos de ataque aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo por parte das políticas neoliberais, este grupo de trabalhadores [precários, informais, ditos autônomos] é globalmente dominante, ainda que sejam muito significativas as diferenças de país para país. O que significará a quarentena para estes trabalhadores, que tendem a ser os mais rapidamente despedidos sempre que há uma crise econômica? O sector de serviços, onde abundam, será uma das áreas mais afectadas pela quarentena. No dia 23 de março, a Índia declarou a quarentena por três semanas, envolvendo 1,3 mil milhões de habitantes. Considerando que na Índia entre 65% e 70% dos trabalhadores pertencem à economia informal, calcula-se que 300 milhões de indianos ficaram sem rendimentos. Na América Latina, cerca de 50% dos trabalhadores empregam-se no sector informal.

Enquanto muitos debatem a COVID-19, a sensação de morte simbólica nas regiões empobrecidas parece só piorar. Esse quadro nos leva a produzir uma pergunta retórica: Como se sentem essas pessoas diante da extrema ambiguidade, por vezes constrangedora, de estarem vivas e de compartilharem a vida com os seus familiares diante dos relatos de morte cotidianos presentes nos noticiários, dos programas televisivos com as/os profissionais de saúde e das inúmeras entrevistas com autoridades públicas onde o assunto central é a pandemia de COVID-19 sem a consideração de que são os/as mais pobres que morrem por ela?

As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga. É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas na nossa sociedade contra trabalhadores empobrecidos, mulheres, trabalhadores precários, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, sem abrigo, camponeses, idosos, etc. Mas discriminam tanto no que respeita à sua

prevenção, como à sua expansão e mitigação. Por exemplo, os idosos estão a ser vítimas em vários países de darwinismo social. Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão presos em prisões ou em campos de internamento, porque não têm sabão ou água potável, ou a pouca água disponível é para beber e cozinhar, etc. (SOUSA SANTOS, 2020, p. 23)

A globalização vai desenhando as suas linhas abissais de “não-existência” através da lógica da classificação social entre aqueles que são superiores, ou seja, aqueles que têm a oportunidade e os privilégios de terem o capital e os recursos necessários para participarem das atividades remotas; e aqueles que são inferiores, nossos/as alunos/as pobres, favelados/as, estudantes de escolas públicas quase todos/as pretos/as – que não teriam as mesmas possibilidades dos/as demais alunos/as, mostrando assim, a lógica insuportável da inferioridade construída e naturalizada. Nesse contexto, as/os docentes produzem as seguintes reflexões:

Nas duas redes que dou aula tenho as demandas intensas, a responsabilidade com o conteúdo, o atendimento aos alunos, mas como se sabe que há alunos sem ter acesso às plataformas por falta de equipamento e internet, a coisa não é tão ao pé da letra como vejo na rede privada onde meu filho estuda e colegas trabalham. Nessas escolas, o quadro de horário das aulas segue o regular como se fosse presencial, muitas cobram que o aluno esteja uniformizado e todo dia tem dever de casa, trabalho e muitas até já deram provas com nota fechando o primeiro bimestre e fecharão agora o segundo. (Professor Alberto)

Sinto que há uma cobrança grande para justificar o pagamento da mensalidade. (Professora Edna)

Eu trabalho tanto na rede Privada quanto na rede Pública Estadual. A rotina está cansativa, trabalho cerca de 12h por dia, com dificuldades técnicas e também psicológicas. As escolas querem que trabalhem na normalidade. (Professor Carlos)

Alguns colegas tiveram que procurar o sindicato, pois tinham diretores que estavam assediando, a mando das secretarias que estavam querendo justificar o *home office* com atividades e horas de trabalho intensas. (Professora Mariana)

Os/as professores/as deixam claro que têm demandas exaustivas de mais de 12h de trabalho dentro de suas casas para desenvolver as demandas do trabalho remoto, a exemplo de elaboração de atividades, postagem de materiais, elaborações de provas, gravações e edições de vídeos, monitoramento de atividades enviadas para os/as estudantes. Algumas professoras e professores salientaram que as pressões sofridas, em sua grande maioria, remetem à

integridade de salários e às constantes ameaças de pagarem com seus salários a crise econômica do Brasil^{xvii}. Sousa Santos (2020) argumenta que há uma “normalidade da exceção”, pois:

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro –, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos factores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto (SOUSA SANTOS, 2020, s/p).

Diante da responsabilização dos e das trabalhadoras pela crise do capital, alguns e algumas professoras denunciam que estão sofrendo assédio e pressão por parte dos diretores e das secretarias de educação com cortes de salário para auxiliar os governos no enfrentamento da pandemia. Para muitos/as dos/as docentes, o fato de “ficar em casa” é encarado por diretorias e secretarias como sinônimo de preguiça, como se não estivessem trabalhando efetivamente, logo não deveriam receber os seus salários. Uma forma de justificar o recebimento de seus pagamentos e de seu fazer profissional é exatamente as horas extenuantes de trabalho. Essa lógica produtivista torna-se ainda mais exaustiva quando associada aos trabalhos da vida doméstica que, infelizmente, não teremos como discuti-las aqui. Diante da complexa conjuntura, os/as docentes comentam:

Não temos formação para ensino remoto. Tanto os docentes como os discentes não possuem estrutura tecnológica, psíquica, social para um ensino desse tipo, que se mostra excludente e gera uma enorme desigualdade entre todos (Professor Carlos)

Trabalhar nesse sistema me desgastou muito emocionalmente, não tenho muita afinidade com ferramentas digitais [...] Me senti burra, impotente, incapaz, um sentimento muito forte de incapacidade me tomou. Por um mês, chorei, fiquei sem dormir, tive queda de cabelo, choro constante, ou seja, tive medo até de entrar em depressão, precisei de ajuda para usar a ferramenta e ajuda profissional para me entender com toda aquela novidade. (Professora Edna)

Os problemas são muitos né, sinto que a carga emocional ficou pesada. Mais trabalho, mais cobrança. Mas penso que todo o pior é ter que seguir as coisas como se nada tivesse acontecendo. Sabe [...] ter que produzir, que fazer

prova, acessar a plataforma [...] como se nada mudasse. E tudo mudou. Tá rs fora do lugar [...] (Professor Rodolfo).

Professoras e professores, mesmos com os apelos para o resguardo social, a fim garantir a integridade da família e o fim da cadeia de transmissão, correntemente se deparam com o influxo emocional e pressões psicológicas advindas das demandas do trabalho remoto, dos possíveis cortes em seus pagamentos e do aumento do número de casos de contaminação. A sensação de impotência e de não saberem manipular as ferramentas digitais, de verem os/as estudantes não tendo acesso ou não dando o retorno às atividades que estão sendo propostas, lhes produzem profunda angústia e ansiedade. Assim, tais situações vão reverberando em seu psicológico, emocional e físico, chegando a psicossomatizar, conforme observamos nos relatos de algumas professoras e professores.

Mesmo produzindo extenuantemente, os/as docentes vão ficando sobre o influxo da lógica da inexistência, se sentem ignorantes, obsoletos, inferiores e, conseqüentemente, improdutivos. Esse quadro nos lembra Sousa Santos (2002) quando disse que a inexistência é efeito da ideia de improdutivo, que quando associada à natureza, é entendido como esterilidade e, quando aplicada à dimensão do trabalho, é lido como preguiça e/ou desqualificação profissional. A situação aprofunda os abismos, os processos de desumanização e de impotência, como fica claro na seguinte fala: “É muito desgastante, tem tudo isso do desgaste físico e mental. São abalos psicológicos diários [...] Nem tenho dormido direito. Quando essa pandemia passar, teremos muitos colegas com depressão (Professora Soraya)”

O quadro parece refletir as lógicas empreendidas pela globalização neoliberal juntamente com os discursos que buscam encarar o ensino remoto sem criticidade. Nesse período de isolamento social, ou estamos a serviço da educação para a emancipação ou estamos cada vez mais promovendo abismos e distanciamentos, ou o pior, desestimulando tanto nossos/as professores/as, quanto nossos/as alunos/as, fazendo com que desistam da escola. A primeira reflexão que nos vem em mente, mesmo reconhecendo os impactos da pandemia, é que não podemos pensar em ensino remoto desconsiderando as extremas desigualdades e realidades na cidade do Rio de Janeiro e mais amplamente no país.

Os resultados de infectados e mortos refletem as desigualdades sociais desse país, pois são os mais pobres que se avolumam nos transportes públicos para trabalharem nos setores de serviço encarados como essenciais e ao voltarem para suas residências levam consigo, muitas vezes, a COVID-19 que se espalha nas periferias, favelas e/ou bolsões de pobreza. O rei ficou nu ao apresentar a desumanidade brutal produzida pela sua garra incansável de produzir

riqueza e deixar passar fome aqueles e aquelas que o servem, e ainda os/as responsabilizando pela incapacidade de realizar o isolamento e/ou distanciamento social preconizado pelos organismos sanitaristas.

A COVID-19, o isolamento e o distanciamento sociais revelaram as inúmeras alternativas tecnológicas inventadas e aprimoradas para que consigamos outros modos e sentidos de existência e de práticas educativas. Contudo, nos enfrentamentos diários vividos pela maioria da população desprovida de poder de consumo, as invenções e os aprimoramentos tecnológicos assumiram contornos de roleta russa para a manutenção da vida. Nesse sentido, não se trata de produzir críticas vazias ou celebrações eufóricas em torno das políticas educativas centradas no ensino remoto neste contexto pandêmico, mas de considerar criticamente que estão inseridas em situações de desigualdades socioeconômicas e culturais em que estão envolvidos/as os/as estudantes da cidade do Rio de Janeiro.

À guisa de conclusão

A epígrafe que emoldura este texto nos faz refletir sobre o momento atual e sobre como teorizar caminhos a serem percorridos pode acentuar as dimensões de sucesso e/ou fracasso em seus resultados. Nesse sentido, a questão que esteve implícita ao longo do texto foi se todos/as os/as estudantes estão tendo acesso ao ensino remoto provocado pela pandemia.

A emergência sanitária mobilizada pela COVID-19 para as pessoas mais pobres se junta a tantas outras emergências decorrentes de outras epidemias que não vêm sendo evidenciadas, mas que são igualmente perversas e letais, como a alimentar, de moradia digna, de práticas educativas socialmente referenciadas, de práticas de enfrentamento à violência doméstica e de abuso infantil. São essas problemáticas, em meio a tantas outras, que se torna preciso enfrentar quando criticamos o capitalismo.

A discussão acerca dos caminhos da educação pública é parte importante das alternativas populares que devemos assumir neste momento em que denúncias de que conglomerados empresariais desejam salvar a educação pública por meio de seus pacotes de tecnologias digitais. A Constituição Brasileira define que a educação se constitui em um direito de todos e um dever do Estado (Art. 205, 206, 208 e 211). Seus princípios de universalização, de igualdade de condições ao acesso e permanência e da obrigatoriedade da educação básica e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade expressam conquistas históricas dos movimentos sociais populares.

Relembrar essas lutas e vitórias poderá nos ajudar neste caminho lento de travessia da pandemia da COVID-19. De fato, o que estamos presenciando são os paradoxos desse momento no qual professoras/es denunciam as dificuldades e as desigualdades socioeconômicas de seus/suas alunos/as para vencerem os obstáculos educacionais impostos pela pandemia em um sistema socioeconômico marcado pelas desigualdades. Assim, entendemos que o sucesso preconizado pela SME com o ensino remoto somente poderá ser considerado quando todos/as os/as estudantes puderem ter as mesmas condições de acesso a ela. Do contrário, ela somente ampliará as linhas abissais e as desigualdades sociais já presentes na cidade do Rio de Janeiro e mais amplamente no país.

Referências

ADICHIE, C. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AUDI, A; ZAMBARDA, P. Escola com Partido: aulas online obrigam milhões de alunos a usar app de empresa obscura que criou TV bolsonaro. *The Intercept*, 2020. Disponível em: Acesso em: Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/> Acesso: em 16 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL. *Desafios para educação em tempos de pandemia*. ANEC, 2020. Disponível em: <https://anec.org.br/noticias/desafios-para-educacao-em-tempos-de-pandemia/> Acesso em: Acesso: em 16 jun. 2020.

BRASIL. Lei Federal 13.998/2020, de 14 de maio de 2020. Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Diário Oficial da União, 15 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. 24o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos. Brasília: SNS/MDR, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CAETANO, M.; GOULART, T. A produção ativa da não-existência e a escrita como autorrepresentação da vida em situação de subalternidade. In: Ferrari, A.; CASTRO, R. (Org). *Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 165-192.

FREIRE, P. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar*, 2010. Brasília: MEC, 2019.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MIGNOLO, W. Globalização, Processos de civilização, línguas e culturas. *Caderno CRH*. Salvador, n. 22. p.9-30, Jan/jun.1995.

MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que tem orientado a pesquisa. In: _____ (Org.). *Por uma linguística indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MUÑOZ, Rafael. *A experiência internacional com os impactos da COVID-19 na educação*. Disponível <<https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/>>, Acesso: em 17 jul. 2020.

RIO DE JANEIRO. *Webinários Teams: Seminário remoto para professores*. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/exibeconteudo/?id=11183939> Acesso em: 19 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO. *Deliberação E/CME nº 39*, de 02 de abril de 2020. Rio de Janeiro, D.O.RIO, nº 18, de 06 de abril de 2020, p. 15. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=392540> Acesso em: 18 jun. de 2020.

SOUSA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 63, 237-280, 2010.

_____. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Nota técnica: ensino a distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19*. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=&utm_source=conteudo-nota&utm_medium=hiperlink-download Acessado em: 16 jun. 2020.

VIEIRA, A. (2020). *Na comissão da covid-19, Paulo Guedes confirma extensão do auxílio emergencial*. Fonte: Agência Senado, disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/30/na-comissao-da-covid-19-paulo-guedes-confirma-extensao-do-auxilio-emergencial>>, acessado em 17 jul. 2020.

ⁱ Pós-doutor em Currículo, com apoio do PNPd-CAPES, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e sob supervisão da Profa. Dra. Conceição Soares. Coordenador do Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas (UFPELUFES/UFOB) e líder do Grupo de Pesquisa POC's Políticas do Corpo e Diferenças (UFPEL). Docente na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), orienta investigações desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação em Educação e em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Os seus temas de interesse e pesquisa são: 1. currículos e culturas; 2. masculinidade(s) e 3. população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual e 4. estudos decoloniais e subalternos. E-mail: mrvcaetano@gmail.com. ORCID <http://orcid.org/0000-0002-4128-8229>

ⁱⁱ Pós-doutor e doutor em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor-colaborador no PPGEAC-Unirio e Professor da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: pmelgaco@uol.com.br . ORCID <http://orcid.org/0000-0002-4301-9305>

ⁱⁱⁱ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sob orientação do Prof. Dr. Jonas Alves; Mestrado em Educação pela mesma universidade na linha de pesquisa em Educação e Diversidades Étnico-Raciais; Especialista em Relações Étnico-Raciais e Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); graduado em Letras - Português/Língua Inglesa pela Universidade Castelo Branco (UCB). E-mail: tarciso.literatura@gmail.com . ORCID <http://orcid.org/0000-0002-0252-4006>

^{iv} Estimulados pela desobediência epistêmica decolonial vamos utilizar o termo em caixa baixa para denotar a visão de que a modernidade foi fenômeno histórico-cultural específico que produziu uma narrativa hierarquizante e evolucionista unilinear que passou a organizar e classificar o mundo a partir de valores eurocêntricos que se afirmavam universais (MIGNOLO, 1995).

^v Alguns desses indicativos podem ser acompanhados nas redes sociais oficiais da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro.

^{vi} Algumas/alguns docentes que participaram desses diálogos informais também atuam em escolas públicas do estado do Rio de Janeiro e instituições privadas de ensino, contudo, para efeito desse artigo somente consideraremos suas experiências na rede pública de educação da cidade do Rio de Janeiro.

^{vii} Com o aplicativo é possível o envio instantâneo de mensagem de texto e de voz, imagem, vídeo e documento em PDF, além da criação de lista de discussão a partir dos contatos telefônicos, realização de vídeo-chamada envolvendo até quatro pessoas e chamada telefônica por meio de conexão com a internet

^{viii} A EaD, no geral, é elaborada para atender as demandas em um ambiente virtual de aprendizagem contando com o apoio de tutores e inúmeros recursos tecnológicos que buscam favorecer a interação entre estudantes, docentes e tutores. Ainda que em torno do debate exista um contingente considerável de produção, quando nos referimos à EaD, a estamos considerando como sendo uma modalidade de ensino que possui modos operantes próprios, exigindo recursos tecnológicos e linguísticos específicos para o seu funcionamento. Nesse sentido, as concepções didático-pedagógicas são estruturadas de forma a abranger conteúdos e atividades inseridas em linguagens visuais adequadas às características das áreas de conhecimentos específicos e contemplando o processo avaliativo discente.

^{ix} Disponível em: <https://anec.org.br/noticias/desafios-para-educacao-em-tempos-de-pandemia/> Acessado em: 16 jun. 2020.

^x Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/> Acessado em 16 jun. 2020.

^{xi} Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=&utm_source=conteudo-nota&utm_medium=hiperlink-download Acessado em: 16 jun. 2020.

^{xii} Decreto Rio nº 42.247, de 13 de março de 2020, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro.

^{xiii} Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=392540> Acessado em: 18 jun. 2020.

^{xiv} Sobre: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/exibeconteudo/?id=11183939>, acessado em: 19 jun. 2020.

^{xv} Todos os nomes utilizados ao longo do artigo são fictícios no intento de preservar a identidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

^{xvi} Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/pobreza-desigualdade-social-brasil-covid-19/>>, acessado em: 19 jun. 2020.

^{xvii} Inúmeras notícias veiculadas na mídia ou nas listas de WhatsApp deram conta de anunciar a intencionalidade do governo em elaborar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que preveja a redução dos salários e da jornada de trabalho dos servidores públicos de todos os Poderes. O dinheiro poderia ser direcionado para ações de combate ao coronavírus na área da saúde, além de auxiliar no reequilíbrio fiscal diante da crise econômica vivida no mundo e intensificada pela pandemia.